

Universidade de Brasília (UnB)  
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)  
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)  
Bacharelado em Ciências Contábeis

Vancris Queiroz Alves

**O IMPACTO DO PASSIVO CONTINGENTE NA ANÁLISE DOS INDICADORES  
ECONÔMICO-FINANCEIROS: um estudo sob o enfoque dos Índices de  
Endividamento.**

Brasília, DF  
2013

Professor Doutor Ivan Marques de Toledo Camargo  
Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Mauro Luiz Rabelo  
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor Jaime Martins de Santana  
Decano de Pesquisa e Pós-graduação

Professor Doutor Tomás de Aquino Guimarães  
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Mestre Wagner Rodrigues dos Santos  
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professora Mestre Rosane Maria Pio da Silva  
Coordenadora de Graduação do curso de Ciências Contábeis - diurno

Professor Doutor Bruno Vinícius Ramos Fernandes  
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - noturno

Vancris Queiroz Alves

**O IMPACTO DO PASSIVO CONTINGENTE NA ANÁLISE DOS INDICADORES  
ECONÔMICO-FINANCEIROS: um estudo sob o enfoque dos Índices de  
Endividamento.**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:

Prof. Mestre José Lúcio Tozetti Fernandes

Linha de pesquisa:

Contabilidade para Tomada de Decisão

Área:

Contabilidade e finanças

Brasília, DF  
2013

ALVES, Vancris Queiroz  
O IMPACTO DO PASSIVO CONTINGENTE NA ANÁLISE DOS  
INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS: um estudo sob o enfoque dos  
Índices de Endividamento./ Vancris Queiroz Alves -- Brasília, 2013. 18. p.

Orientador: Prof. Mestre José Lúcio Tozetti Fernandes

Trabalho de Conclusão de curso (Artigo - Graduação) – Universidade de  
Brasília, Segundo semestre letivo de 2012.  
Bibliografia.

1. Passivo Contingente 2. Índices de endividamento 3. Natureza I.  
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de  
Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília. II.  
Título.

CDD –

Vancris Queiroz Alves

**O IMPACTO DO PASSIVO CONTINGENTE NA ANÁLISE DOS INDICADORES  
ECONÔMICO-FINANCEIROS: um estudo sob o enfoque dos Índices de  
Endividamento.**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) defendido e aprovado no Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, aprovado pela seguinte comissão examinadora:

Prof. José Lúcio Tozetti Fernandes  
Orientador  
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais  
Universidade Brasília (UnB)

Examinador – Universidade de Brasília

Brasília (DF), 01/03/2013

À minha mãe e meus irmãos.

*“Amigo que não presta, faça que não corta, se eu perder... Pouco me importa.”*  
**Tião Carreiro**

## O IMPACTO DO PASSIVO CONTINGENTE NA ANÁLISE DOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS: um estudo sob o enfoque dos Índices de Endividamento.

### RESUMO

A classificação de uma expectativa de desembolso futuro em provável ou somente possível determina se os valores relacionados a essa expectativa de desembolso serão ou não contabilizadas, pois quando os gestores julgam como não provável, o desembolso será evidenciado somente nas Notas Explicativas como Passivo Contingente. Com base nisto, esta pesquisa investigou a variação dos níveis de endividamento das empresas da amostra com a contabilização desse Passivo Contingente e analisou se a variação média dos indicadores de endividamento é significativa. Mas verificou-se uma grande dispersão nessas variações. Verificou-se também que as variações médias desses indicadores eram estatisticamente significativas. O estudo mostra que o Passivo Contingente é parte importante na análise da estrutura de uma empresa, apesar de não estar presente no cálculo dos indicadores fundamentalistas.

**Palavras-chave:** Passivo Contingente. Índices de Endividamento. Natureza.

### 1. INTRODUÇÃO

O Passivo tem papel importante na análise do desempenho econômico-financeiro de uma entidade, é nele que pode-se observar a forma como a empresa utiliza o capital de terceiros e observar também o volume desse capital, e isso diz muito a respeito da “saúde” financeira de uma empresa. Possíveis investidores ou credores tendem a ter intolerância a empresas que não são saudáveis, devido aos riscos de insolvência. A participação de Capitais de Terceiros é diretamente proporcional ao risco, pois um resultado baixo ou negativo pode implicar na necessidade de novos financiamentos para arcar com os compromissos com terceiros, ou até a falência na impossibilidade de novos financiamentos (ROSS; WESTERFIELD; JAFFE, 2008).

Para os possíveis credores o Passivo, que elenca os desembolsos definidos da entidade, ganha ainda mais atenção, pois para os possíveis credores é de suma importância conhecer o perfil e o volume do Passivo da empresa recebedora do crédito. Uma das formas de fazer este tipo de análise é através de indicadores de estrutura, também conhecidos como Indicadores de Endividamento, nos quais o Passivo é o elemento principal.

É preciso considerar os desembolsos de caráter estocástico são aquelas expectativas de desembolsos que fogem ao controle da administração. Esses possíveis desembolsos, que são conhecidos na contabilidade como Passivo Contingente, são complexos (FARIAS, 2006). Essa é uma categoria de Passivo que não gera informações na demonstração da posição econômica e financeira da empresa.

Nesse contexto cabe um estudo aprofundado acerca do Passivo Contingente, uma expectativa de desembolso possível, mas julgada pelos gestores como não provável, e que por esse motivo não é contabilizado. Vale ressaltar que apesar do Passivo Contingente não ter um desembolso provável, ao menos parte dele pode ser um desembolso para entidade no futuro, por serem possíveis. Resta saber até que ponto esse julgamento dos administrados pode influenciar as análises do Passivo e dos indicadores de endividamento, já que o Passivo Contingente não faz parte do cálculo dos indicadores. Assim, emerge o seguinte problema de pesquisa, que se refere à mensuração da influência dos passivos contingentes nos indicadores de endividamento das empresas brasileiras.



O objetivo desta pesquisa é a avaliação do desempenho das empresas, apresentando um ponto de vista diferente e pouco observado; é um estudo acerca do impacto que o Passivo Contingente causaria no Passivo se fosse contabilizado e sua influência nos indicadores fundamentalistas de estrutura no caso de serem reconhecidos contabilmente. E identificar até que ponto a análise fundamentalista pode ser moldada, e se é possível aqui uma gestão dos indicadores de endividamento, e assim melhorar a imagem frente ao mercado, pois de acordo com ASSAF NETO (2008, p. 122) os indicadores de endividamento fornecem “elementos para avaliar o grau de comprometimento financeiro de uma empresa perante seus credores (principalmente instituições financeiras) e sua capacidade de cumprir os compromissos financeiros assumidos a longo prazo”.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. Passivo Contingente

O Passivo é uma obrigação presente que demandará sacrifício de benefícios econômicos para liquidar essa obrigação, com sua exigibilidade comumente no futuro e resultante de eventos passados (IUDÍCIBUS, 2004).

Segundo Niyama e Silva (2008), os passivos têm como característica três aspectos fundamentais, que são: uma obrigação presente da entidade; resultante de eventos passados; que demandará desembolso de benefícios econômicos para sua liquidação. Ainda segundo Niyama e Silva (2008), essa é a definição mais difundida entre os autores da área.

O fato é que, por vezes, essa obrigação apresenta elementos de incerteza, seja por seu real valor ou por sua previsão quanto a data da liquidação, caracterizando nesse caso uma contingência. A contingência é, segundo a definição do *Financial Accounting Standards Board (FASB)*, um conjunto de circunstâncias relativas a ganhos ou perdas norteadas de incertezas, e que terá sua definição acerca do efetivo ganho ou perda a partir de determinado evento futuro (FASB, 1975).

Assim é possível caracterizar o Passivo Contingente, uma obrigação classificada como possível, diferentemente da Provisão que é classificada como provável. A contingência passiva é uma situação de risco de perda já existente, com um grau de incerteza quanto a sua exigibilidade e até quanto ao valor exigível, e que depende de evento futuro para a efetiva necessidade de desembolso. Decorrente principalmente de questões tributárias, trabalhistas ou cíveis, facilmente encontrados nas atividades cotidianas das organizações (FARIAS, 2006).

Por conta dessas dúvidas quanto à exigibilidade dessa obrigação é que Farias (2006, p.1) classifica o Passivo Contingente “como um dos elementos patrimoniais de maior dificuldade para a contabilidade”, já que a contabilidade trabalha com informações econômicas e financeiras em períodos específicos de tempo, não podendo esperar que ocorra um evento futuro para reconhecer obrigações presentes.

A norma no Brasil que estabelece os critérios e as bases de mensuração apropriada para os Passivos Contingentes é o pronunciamento técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovado na Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM número 594, de 2009.

O CPC 25 (2009, parág. 10), quando trata das definições, afirma que um Passivo Contingente é:

- (a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou
- (b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:

- (i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou
- (ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

As provisões em geral têm por essência uma natureza contingente, por suas incertezas quanto aos valores que serão desembolsados e a previsão de exigibilidade desses desembolsos, mas por terem uma estimativa confiável e expectativa de perda provável elas são reconhecidas contabilmente, ou seja, elas são lançadas no balanço, pois satisfazem os critérios de reconhecimento contábil. Por outro lado, as demais expectativas de perdas, improváveis ou que não podem ter valor estimado com confiança, são classificadas como Passivo Contingente (NANNINI; SALOTTI, 2009).

A mensuração de um Passivo deve ser a melhor aproximação do desembolso para liquidação da obrigação na data do balanço. A mensuração é uma condicional para se realizar a contabilização do Passivo. De acordo com Niyama e Silva (2008) o passivo é geralmente mensurado pelo valor da saída de recursos necessárias para a quitação da obrigação.

O Passivo Contingente é mensurado da mesma forma, com base na melhor estimativa de sacrifício de benefícios econômicos na liquidação da obrigação, baseado em experiências passadas, quando se é possível fazer essa estimativa. Os possíveis desembolsos “são determinados pelo julgamento da administração da entidade, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes” (CPC 25, 2009, parág. 38). Ainda de acordo com o CPC 25, essa obrigação deve ser avaliada periodicamente, e se necessário deve ser feita uma reclassificação para Provisão caso a expectativa de perda se torne provável, ou simples descaracterização de Passivo caso o risco da obrigação se concretizar efetivamente deixe de existir.

A entidade não deve reconhecer no seu balanço o Passivo Contingente, ou seja, essa contingência não deve ser contabilizada, essas expectativas de desembolso devem ser divulgadas nas Notas Explicativas, como já previa a Lei 6.404 de 1976, Art. 176, no item referente às Notas Explicativas, hoje alterada, mas mantida a essência (CAETANO, 2010). As contingências, provisionadas ou não, devem ser apresentadas nas Notas Explicativas informando no mínimo a natureza da contingência, descrição pormenorizada do evento que envolve a incerteza, a expectativa de perda ou ganho segundo julgamento dos administradores (provável, possível ou remota) e valores em uma estimativa que se aproxime do valor real, mesmo que as incertezas sejam grandes.

## **2.1. Análise do endividamento**

Na análise do endividamento de uma empresa, um item importante para essa análise é o Passivo desta empresa. Apesar de não refletir uma efetiva obrigação presente da entidade, a divulgação do Passivo Contingente em Notas Explicativas pode ser importante quando se está analisando o endividamento da empresa, como uma informação adicional, mesmo não exercendo influencia nas demonstrações contábeis, logo não alterando as análises fundamentalistas de endividamento, e essas análises são, segundo Rezende et al (2010, p. 59), “de grande importância, pois indicam a relação de dependência da empresa com relação a capital de terceiros”.

Segundo Assaf Neto (2009), os indicadores de endividamentos mostram, entre outros aspectos relevantes, o grau de comprometimento financeiro de uma entidade frente seus credores, e permite uma ampla análise quanto a sua capacidade de honrar esses compromissos. Corroborando com esta afirmação, Perez Junior e Begalli (2009) afirmam que além do nível de participação de capitais de terceiros, os indicadores de estrutura apresentam um direcionador para as decisões financeiras em termos de obtenção e aplicação de recursos.

A análise fundamentalista acerca do endividamento de uma entidade vai mais além, pois proporciona uma análise do relacionamento entre o posicionamento do capital próprio

em relação ao capital de terceiros, comumente caracterizados por empréstimos ou fornecedores, ou seja, uma análise da alavancagem financeira. Evidencia a característica da política de arrecadação de recursos de uma empresa. Relaciona as origens de recursos entre si, e indicam o grau de dependência financeira da empresa em relação ao capital de terceiros (IUDICIBUS, 2009).

Para a análise das Demonstrações Financeiras é importante a utilização de indicadores de estrutura, pois eles mostram a situação econômica da entidade e permite uma comparação com outras empresas do mesmo setor e/ou mesma realidade no Mercado, e permite ainda identificar o papel do Capital de Terceiros e sua configuração sobre a entidade, e permite uma melhor administração do capital de giro, entre vários outros benefícios (ASSAF NETO, 2009).

Com base em Iudicibus (2009), Perez Junior e Begalli (2009) e por Morozini, Hein e Olinquevitch (2006), pode-se elencar três indicadores de endividamento na análise dos demonstrativos contábeis, que utilizem o Exigível a Longo Prazo, tomados como referência por conta do perfil desta pesquisa, que fará a reclassificação dos Passivos Contingentes no Exigível a Longo Prazo. Os três indicadores selecionados são os Índices da Participação de Capital de Terceiros, Dependência Financeira e Composição do Endividamento.

A Participação de Capital de Terceiros, representa o quanto a organização tomou de Capital de Terceiros para cada unidade monetária de Capital Próprio, representando a política de captação de recursos da companhia. Na teoria, em geral, quanto menor for a dependência aos recursos de origem dos não sócios, os credores, menor o seu risco financeiro e menor a liberdade de tomada de decisões no âmbito financeiro. Esse índice é calculado com a divisão dos Passivos Totais pelos Totais do Capital Próprio, o Patrimônio Líquido (PEREZ JUNIOR; BEGALLI, 2009).

A Dependência Financeira, também comumente chamada de Endividamento Geral, indica a representação do Capital dos credores sobre os investimentos totais da entidade, e espera-se que essa representação não seja muito alta, pois, entre outros fatores, essa dependência elevaria demasiadamente as despesas financeiras da organização, reduzindo por consequência os lucros. Esse índice é calculado a partir da divisão do Exigível Total (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo) pelo Ativo Total, e é dado em porcentagem (PEREZ JUNIOR; BEGALLI, 2009).

Por último tem-se a Composição do Endividamento, que visa caracterizar o perfil das obrigações da entidade, e seu desdobramento a curto e a longo prazo. Utilizada na identificação da política adotada pela administração para captação de recursos de terceiros e o comprometimento dessa instituição no curto prazo. O cálculo da Composição do Endividamento é feito a partir da divisão do Passivo Circulante sobre todos os Capitais de Terceiros (PEREZ JUNIOR; BEGALLI, 2009).

De acordo com Assaf Neto (2008), a análise de indicadores fundamentalista deve ser feita de forma conjunta, não analisando somente um indicador de forma isolada, analisando os demais elementos contábeis da entidade.

### **3. PROCEDIMENTOS DA PESQUISA**

A amostra da pesquisa compreende dados empíricos de empresas listadas na Bovespa, contendo os papéis mais negociados na bolsa, empresas de vários setores, afim de que reflita as tendências das empresas em vogue no mercado.

Para a determinação da amostra de empresas para a coleta de dados utilizou-se a seguinte metodologia, conforme Quadro 1.

**Quadro 1 – Metodologia para determinação da amostra de empresas**

Nº.	Requisito	Especificação
1	Básico	Empresa na lista do Ibovespa na data de início da pesquisa
2	Básico	Empresa que tenha divulgado, nas Notas Explicativas, os seus Passivos Contingentes, de forma clara.
3	Específico	Empresa não ser consolidada integral ou parcial por outra empresa constante na amostra.
4	Específico	Não ser uma instituição financeira (bancos).

Para determinação das empresas da amostra do estudo foi utilizado como critério o Índice Bovespa, índice que retrata o comportamento dos principais papeis negociados na BM&FBOVESPA, pois sua composição contém uma aproximação real do comportamento do Mercado (ALENCAR et al, 2010). Assim foram selecionadas inicialmente 64 empresas que estavam na lista do Ibovespa no dia 1º de dezembro de 2012, data do início da pesquisa.

Em seguida, em atenção ao requisito que se refere à divulgação (requisito 2), foram descartadas quatro empresas que não divulgaram nas Notas Explicativas o Passivo Contingente em conformidade ao pronunciamento técnico CPC 25, ou simplesmente não divulgaram qualquer informação a esse respeito do Passivo Contingente nas demonstrações de 2011, ano base para esta pesquisa.

Para o cumprimento do requisito 3 as empresas não poderiam ter suas demonstrações consolidadas integral ou parcialmente por outra empresa pré-selecionada, mantendo-se na amostra apenas a empresa controladora. No requisito 4, foram excluídas as instituições financeiras por suas particularidades nas demonstrações, particularidades que iriam distorcer as análises fundamentalistas, base deste trabalho. Após a aplicação deste último requisito restaram na amostra 54 empresas de variados setores da economia, de acordo com a classificação de subsetor da BM&F Bovespa.

Na formação da base de dados foram coletados os Passivos Contingentes publicados em Notas Explicativas, separados por sua classe: trabalhista, cíveis, tributários e outros (incluídos aqui todas as outras classes), que em sua maioria é representada pelos Passivos Ambientais. Essa segregação por classe segue orientação do CPC 25, em seu parágrafo 86.

Para o cálculo dos indicadores de endividamento, foram utilizados os demonstrativos contábeis do ano de 2011, classificando os valores previstos para o Passivo Contingente de cada empresa da amostra na forma de Provisão, contabilizados no Exigível a Longo Prazo, em sua totalidade e por sua natureza, para em seguida analisar a variação nos Indicadores de Endividamento de cada uma das empresas ou setores.

Os Indicadores de Endividamento utilizados nesta pesquisa são especificados no Quadro 2, e são classificados como os principais indicadores de estrutura do capital de uma empresa, de acordo com os autores Perez Junior e Begalli (2009).

**Quadro 2: Índices de Endividamento**

Índice	Formula
Participação de Capitais de Terceiros	$\frac{(\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})}{\text{Patrimônio Líquido}}$
Dependência Financeira	$\frac{(\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})}{\text{Ativo Total}}$
Composição do Endividamento	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{(\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})}$

Fonte: Elaboração Própria, com base em Perez Junior e Begalli (2009).

Os Indicadores de Endividamento calculados de acordo com a realidade de cada empresa da amostra nas Demonstrações Contábeis do ano de 2011 foram comparados com os Indicadores recalculados, agora com a contabilização dos Passivos Contingentes, levando-os

ao Exigível a Longo Prazo, e retirando o mesmo valor do Patrimônio Líquido, a fim de manter a igualdade contábil.

No primeiro momento foi feita uma análise dos impactos para os indicadores de endividamento, em termos absolutos e proporcionais, da reclassificação do Passivo Contingente para Provisão, e se identificou as variações de cada um dos indicadores calculados, identificando também, para uma análise descritiva, os casos com comportamento atípico, a fim de identificar os atores responsáveis pelas variações.

**Quadro 3: Combinação por natureza do Passivo Contingente**

Parâmetro	Natureza
P1	Todas
P2	Trabalhista
P3	Fiscal
P4	Cível
P5	Outras
P6	Trabalhista e Fiscal
P7	Trabalhista e Cível
P8	Trabalhista e Outras
P9	Fiscal e Cível
P10	Fiscal e Outras
P11	Cível e Outras
P12	Trabalhista, Fiscal e Cível
P13	Trabalhista, Cível e Outras
P14	Trabalhista, Fiscal e Outras
P15	Fiscal, Cível e Outras

No segundo momento, os Indicadores de Endividamento foram recalculados conforme a natureza do Passivo Contingente (trabalhista, fiscal, cível e outras), conforme orienta o CPC 25, e as possíveis combinações dessas naturezas, resultando em 15 cálculos para cada um dos indicadores analisados, conforme mostra o quadro 3. O objetivo desta análise por natureza é identificar como os indicadores se comportam na contabilização de cada natureza ou combinação delas.

Para verificar se os indicadores de endividamento alteravam significativamente após a consideração dos Passivos Contingentes, foi utilizado o teste de médias (teste t).

## 4. ANÁLISE DE RESULTADOS

### 4.1. Análise dos indicadores de endividamento

Analisando a média e desvio padrão dos indicadores recalculados é possível notar que a mutação e variabilidade dos indicadores de Participação de Capitais de Terceiros são significativamente maiores que as mutações e variabilidades dos demais indicadores. Isso se explica pelo fato de que dois elementos do cálculo do indicador de Participação de Capitais de Terceiros são alterados na reclassificação do Passivo Contingente, são eles o Exigível a Longo Prazo no numerador e o Patrimônio Líquido no denominador, destarte o efeito da reclassificação é maximizado neste indicador.

Outro ponto que se pode observar é o fato de que o indicador da Composição do Endividamento é reduzido após a reclassificação, enquanto os demais indicadores aumentam, independente da natureza que se esteja analisando, conforme apresentado na Tabela 1, fato explicado pela posição do Exigível a Longo Prazo nas equações.

**Tabela 1: Indicadores antes e depois da contabilização do Passivo Contingente**

Parâmetro	Part. de Capitais de Terceiros		Dependência Financeira		Comp. do Endividamento	
	Médio	Desvio Padrão	Médio	Desvio Padrão	Médio	Desvio Padrão
Original	1,686	1,254	0,570	0,148	0,402	0,167
P1	2,667	2,840	0,641	0,155	0,358	0,151
P2	1,750	1,312	0,576	0,151	0,399	0,167
P3	2,206	2,198	0,616	0,149	0,370	0,153
P4	1,826	1,388	0,584	0,151	0,393	0,165
P5	1,713	1,256	0,575	0,147	0,399	0,165
P6	2,304	2,270	0,622	0,152	0,368	0,154
P7	1,928	1,567	0,590	0,154	0,390	0,164
P8	1,778	1,314	0,581	0,149	0,395	0,165
P9	2,433	2,574	0,630	0,152	0,363	0,152
P10	2,249	2,211	0,621	0,148	0,368	0,152
P11	1,861	1,402	0,589	0,150	0,390	0,163
P12	2,600	2,796	0,636	0,155	0,360	0,152
P13	2,350	2,288	0,627	0,151	0,365	0,152
P14	1,964	1,579	0,595	0,153	0,387	0,162
P15	2,496	2,616	0,635	0,151	0,360	0,150

Onde: P1 – indicador de endividamento com as contingências trabalhista, fiscal, cível e outras; P2 – indicador de endividamento com a contingência trabalhista; P3 – indicador de endividamento com a contingência fiscal; P4 – indicador de endividamento com a contingência cível; P5 – indicador de endividamento com as outras contingências; P6 – indicador de endividamento com as contingências trabalhista e fiscal; P7 – indicador de endividamento com as contingências trabalhista e cível; P8 – indicador de endividamento com as contingências trabalhista e outras; P9 – indicador de endividamento com as contingências fiscal e cível; P10 – indicador de endividamento com as contingências fiscal e outras; P11 – indicador de endividamento com as contingências cível e outras; P12 – indicador de endividamento com as contingências trabalhista, fiscal e cível; P13 – indicador de endividamento com as contingências trabalhista, fiscal e outras; P14 – indicador de endividamento com as contingências trabalhista, fiscal e outras; P15 – indicador de endividamento com as contingências fiscal, cível e outras.

#### 4.2. Análise da variação dos indicadores

Analisando o Passivo Contingente por sua natureza nota-se que o Passivo trabalhista tem pouco impacto nos indicadores quando comparado as outras duas naturezas de Passivo Contingente mais expressivas, pois, em média, essa classe de Passivo Contingente representa apenas 10,7% de todo o Passivo Contingente das empresas, enquanto a natureza Fiscal representa, em média, 56,8% do total, conforme apresentado na Tabela 2.

**Tabela 2: Perfil do Passivo Contingente por natureza**

Natureza	Representação			
	Média	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo
Trabalhista	10,71%	12,99%	0,00%	55,00%
Fiscal	56,84%	32,28%	0,00%	100,00%
Cível	23,42%	24,80%	0,00%	91,58%
Outras	9,03%	22,20%	0,00%	100,00%

Nas empresas analisadas, para o indicador de Participação de Capitais de Terceiros, considerando todas as naturezas dos Passivos Contingentes, é possível observar uma variação média de 51,59% do indicador após a classificação, com uma variabilidade alta, tendo em vista que o desvio-padrão é de 65,68%, mostrando que esse indicador é muito sensível às mudanças no Passivo Exigível a Longo Prazo. Entre as empresas que se destacam com grande alteração no Índice de Endividamento estão a CEMIG e a TIM com mais de 200% de variação, e a All América com 311% de variação nesse indicador, e ao mesmo tempo é possível observar empresas como a MRV Engenharia que apresentou variabilidade de apenas 0,81% em seu Índice. Mas esses resultados destacados representam apenas *outliers* da pesquisa, não representando o real perfil desse indicador.

Para o indicador de Dependência Financeira é possível notar uma sensibilidade menor à variação do Passivo Exigível a Longo Prazo após a reclassificação, quando comparado ao

indicador anterior, isso se explica pelo fato de que sua fórmula é considerado o Ativo Total no denominador, e o Ativo não é alterado na reclassificação como o Patrimônio Líquido. Comprovando essa afirmação tem-se o fato de que, em média, esse indicador variou 13,8%, e a maior alteração encontrada foi de 63,46% na empresa Telefônica, destacando-se também pela alta variação as empresas como AMBEV e TIM.

Analisando o indicador da Composição do Endividamento é de se esperar que, ao contrário do demais indicadores analisados, esse Índice seja reduzido para todas as empresas, por conta da forma de cálculo do indicador, o que foi observado na amostra. Em média esse Índice caiu 10,8% nas empresas da amostra, mostrando que esse indicador é o menos sensível às alterações dentro da Provisão do Não Circulante por conta da reclassificação, como pode ser observado na Tabela 3. Destacando a Telefônica com a maior redução neste indicador, 38,82%.

**Tabela 3: Variação dos Indicadores**

Indicador	Variação			
	Média	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo
Participação de Capitais de Terceiros	51,59%	65,68%	0,81%	311,00%
Dependência Financeira	13,80%	15,32%	0,41%	63,46%
Composição do Endividamento	-10,80%	10,14%	-0,40	-38,82%

Analisando agora a diferença entre as médias ponderadas dos três indicadores, onde inicialmente foi necessária uma verificação da normalidade das variáveis, e para isso foi utilizado o teste de ajustamento *Kolmogorov-Smirnov*.

Assim foi constatada a não normalidade das variáveis, logo foi feita a opção por se utilizar métodos não paramétricos, que seriam os mais recomendados em eventos como este, conforme verificado em Freund (2004) que afirma que em testes mais conservadores a análise deve ser feita a partir de estatística não paramétrica quando não se observa uma normalidade.

Na realização do teste das diferenças entre as médias foi arbitrada a significância de 5%, conforme sugere Freund (2004), é a mais usual em pesquisas de ciências sociais aplicadas. Dada a dependência entre as amostras foi adotado o teste de média pareado não paramétrico, o teste *Wilcoxon*. Mais especificamente, o teste verifica a possível validade entre da hipótese de que as médias são estatisticamente iguais, para o qual foi utilizado o teste *Wilcoxon*, o resultado é apresentado na Tabela 4.

**Tabela 4: Teste Wilcoxon**

Parâmetro	Part. de Capitais de Terceiros		Dependência Financeira		Comp. do Endividamento	
	Estatística Z	P-valor	Estatística Z	P-valor	Estatística Z	P-valor
P1	-6,394	0,001	-7,463	0,001	5,852	0,001
P2	-5,026	0,001	-3,925	0,001	5,280	0,001
P3	-6,094	0,001	-5,743	0,001	4,385	0,001
P4	-5,722	0,001	-4,413	0,001	5,008	0,001
P5	-3,735	0,001	-3,036	0,004	2,766	0,008
P6	-6,276	0,001	-6,329	0,001	4,788	0,001
P7	-5,973	0,001	-4,981	0,001	5,833	0,001
P8	-5,378	0,001	-5,030	0,001	4,954	0,001
P9	-6,216	0,001	-7,017	0,001	5,381	0,001
P10	-6,335	0,001	-6,107	0,001	4,724	0,001
P11	-5,975	0,001	-4,932	0,001	5,069	0,001
P12	-6,335	0,001	-7,279	0,001	5,536	0,001
P13	-6,394	0,001	-6,754	0,001	5,132	0,001
P14	-6,158	0,001	-5,431	0,001	6,052	0,001
P15	-6,394	0,001	-7,256	0,001	5,658	0,001

Onde: P1 – indicador de endividamento com as contingências trabalhista, fiscal, cível e outras; P2 – indicador de endividamento com a contingência trabalhista; P3 – indicador de endividamento com a contingência fiscal; P4 – indicador de endividamento com a contingência cível; P5 – indicador de endividamento com as outras contingências; P6

---

– indicador de endividamento com as contingências trabalhista e fiscal; P7 – indicador de endividamento com as contingências trabalhista e cível; P8 – indicador de endividamento com as contingências trabalhista e outras; P9 – indicador de endividamento com as contingências fiscal e cível; P10 – indicador de endividamento com as contingências fiscal e outras; P11 – indicador de endividamento com as contingências cível e outras; P12 – indicador de endividamento com as contingências trabalhista, fiscal e cível; P13 – indicador de endividamento com as contingências trabalhista, fiscal e outras; P14 – indicador de endividamento com as contingências fiscal, cível e outras.

Com a estatística *Wilcoxon* observada na Tabela 4 é possível com o teste rejeitar a hipótese de que as médias são estatisticamente iguais para todos os indicadores e grupos de Passivo Contingente, com um nível de confiança de 95%. Os resultados sugerem haver diferenças estatisticamente significantes para as médias ponderadas sem o Passivo Contingente e com o Passivo Contingente, independente de sua natureza. Mostrando assim que a classificação de um Passivo como possível ou como provável é relevante estatisticamente para a análise dos indicadores estruturais da organização.

Com estes resultados apresentados é possível observar a importância de se verificar o montante dos Passivos Contingentes numa análise econômico-financeira, pois tais Passivos seriam relevantes se houver a confirmação de uma necessidade de desembolso futuro, já que estes Passivos estão sujeitos à um risco de confirmação da necessidade de desembolso para sua quitação do mesmo.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo principal analisar as variações nos indicadores de endividamento com a reclassificação dos Passivos Contingentes, e verificar se essas variações são estatisticamente significantes, através do teste *Wilcoxon*, baseado nas demonstrações contábeis de 2011 das empresas que compunham o Índice Bovespa no final do ano de 2012.

Os resultados revelaram que os indicadores de endividamento chegaram a variar mais de 300%, mas que essas variações são também bem heterogêneas, podendo observar empresas que tiveram indicadores com variações quase que insignificantes.

Com relação às variações absolutas por classe foi possível observar que os maiores impactos advêm das contingências Fiscais, que, em média, representam mais da metade de todos os Passivos Contingentes. Dentre os indicadores é possível notar que o Índice de Participação de Capitais de Terceiros é o indicador mais sensível à reclassificação por apresentar as maiores variações, isso porque dois elementos do seu cálculo eram afetados pela reclassificação, o Exigível a Longo Prazo e o Patrimônio Líquido.

Finalmente, quanto ao teste de média, verificou-se que as mudanças, em média, nos indicadores são estatisticamente significantes para todos os indicadores, independente da classe do Passivo Contingente.

Desta forma pode-se concluir que há no Passivo Contingente uma possibilidade de gerenciamento dos indicadores de endividamento, visando melhorar a imagem de uma empresa frente ao mercado. Pode-se concluir também que o Passivo Contingente deve ser observado quando se está analisando o endividamento de uma empresa, pois esse Passivo não entra no cálculo, portanto não afeta os resultados dos indicadores, mas seu valor pode ser relevante.

Como as conclusões deste estudo se limitam às variações dos indicadores com os Passivos Contingentes que tem seu futuro ainda indefinido, deve-se verificar posteriormente o montante desses Passivos que se tornaram efetivamente um desembolso para a empresa, para assim se ter a real noção dos valores contingenciados que não transitaram pelo Passivo, logo não afetaram os indicadores de endividamento, mas que acabaram afetando o caixa.



## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Vinícius Barreto de; e outros. Dividend Yield: IGC *versus* IBOV. **Revista Eletrônica do Alto Vale do Itajaí**, n 1, p. 1 – 11, agosto, 2012.

ASSAF NETO, A. Estrutura e análise de balanços – Um enfoque econômico-financeiro. São Paulo. Atlas, 2008.

BRASIL, **Lei 6.404/1976 – das sociedades por ações**. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br>. Acesso em: 10/01/2013.

CVM – Comissão de Valores Mobiliários. **Deliberação 594 de 15.09.2009**. Disponível em: <[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)>. Acesso em: 20/12/2012.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**. Disponível em: <[www.cpc.org.br](http://www.cpc.org.br)>. Acesso em: 20/12/2012.

CAETANO, Thalita Pereira. **Evidenciação do Passivo Contingencial nas Demonstrações Contábeis: Um estudo nas Empresas de Papel e Celulose**. UFU, 2010.

FARIAS, Manoel Raimundo Santana. **Bases conceituais e normativas para reconhecimento e divulgação do passivo contingente: um estudo empírico no setor químico e petroquímico brasileiro**. USP, 2006.

FASB – SFAS 5 Statement of Financial Accounting Standards nº 5. Accounting for Contingencies. Issued: March 1975, IN: **Financial Accounting Standards Board – Original Pronouncements**. John Wiley: New York, 2002/2003.

FREUND, John E. **Estatística Aplicada: Economia, Administração e Contabilidade**. 11 ed. São Paulo: Bookman, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

MOROZINI, J. F.; OLINQUEVITCH, J. L.; HEIN, N. Seleção de índices na análise de balanços: uma aplicação técnica estatística “ACP”. **Revista de Contabilidade e Finanças**, USP, São Paulo, n. 41, p. 87 – 99, maio/ago, 2006.

NANINNI, L. C.; SALOTTI, B. M. **IAS 37 – Provisões, contingências passivas e ativas**. In: ERNST & YOUNG, FIEPECAFI. Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras. São Paulo: Atlas, 2009.

NIYAMA, Jorge K.; SILVA, Cesar Augusto T. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

PEREZ JUNIOR, J.H., BEGALLI, G. A. **Elaboração e análise das demonstrações contábeis**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

REZENDE, Isabelle C. C. e outros. Análises da performance empresarial da PETROBRAS: um estudo sob o enfoque dos indicadores econômico-financeiros. **Revista Ambiente Contábil**. UFRN, Natal/RN, v.2, n. 1, p. 54 – 69, Jan./jun., 2010.

ROSS, Stephen. A.; WESTERFIELD, Randolph. W.; JAFFE, Jeffrey F. **Administração Financeira**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2002.